

A pobreza já foi medida. E agora?

2008 . Ano 5 . Edição 45 - 05/07/2008

Ricardo L. C. Amorim



Um país enorme, rico e... pobre! Essa é uma contradição antiga. No Brasil, a pobreza já chegou a ser confundida bucolicamente com a imagem das fazendas na primeira metade do século XX. Porém, a industrialização e a urbanização, a partir de 1930, tornaram seu peso tão gritante e destacado frente à riqueza disponível, que pensadores desprezaram nossa sociedade por meio de opostos, dualidades. Na verdade, o desconcerto entre a pobreza contemporânea, numerosa e bárbara, e a imagem de um país que se quer cosmopolita e moderno é sintomático de uma sociedade fraturada com uma cidadania incompleta.

Então medem-se, estimam-se, criam-se índices, debatem-se números, contradizem-se métodos, formulam-se modelos econométricos, sofisticam-se indicadores, discutem-se filtros, derramam-se rios de tinta desenhando fórmulas sobre o papel, mas raramente, nas duas últimas décadas, os economistas se perguntaram francamente *por que há tantos pobres no país*. É uma pergunta básica, simples, quase inevitável e, no entanto, passou anos despercebida por trás da cortina de números e índices que só faziam medir o tamanho da pobreza com maior ou menor precisão. Acontece que esse exercício já ultrapassou os limites do bom senso, pois todos os indicadores mostram que a pobreza é enorme, concentrada nas grandes cidades e envia sinais contraditórios de rebeldia e esperança.

No passado, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) tentou responder a essa questão e culpou a incapacidade dos setores exportadores modernos de absorver a mão-deobra disponível, obrigando-a à subsistência. A saída apontada, então, era a industrialização. Porém, a indústria veio e a pobreza continuou. Na análise dos determinantes da pobreza, lembremos que a industrialização com forte urbanização foi acompanhada em grande parte pela repressão aos movimentos organizados dos trabalhadores urbanos e por barreiras à criação de sindicatos de trabalhadores rurais. E o Brasil carregou durante o ciclo de expansão econômica de 1930 a 1980 uma situação social escandalosa. Essas características clássicas da pobreza são, na verdade, sintomas, conseqüências da ausência de reformas no campo, da pouca ação social do Estado e da fraqueza dos movimentos trabalhistas. Ou seja, evitou-se fazer as reformas capitalistas necessárias (agrária, social e tributária) num

país que se quer moderno e justo.

O problema agravou-se quando o Brasil se afastou do crescimento econômico e somou, à antiga pobreza, uma nova. Ou seja, as políticas econômicas neoliberais dos anos 1990 geraram um novo contingente de pobres, diferente do tradicional. Os novos pobres têm alguma escolaridade, vêm de famílias pequenas, são urbanos e estão desempregados. O que fazer, então? O fundamental é o desenvolvimento das forças produtivas do país, mas esse desenvolvimento é permanentemente embotado pela condição periférica e dependente. O capital e seus proprietários urbanos não revolucionaram o país quando assumiram o poder e tampouco enfrentaram o capital estrangeiro. Preferiram posicionar-se como sócio menor, mas estável, da acumulação capitalista mundial.

Isso coloca dois desafios para se vencer a pobreza. Se a ação do Estado e o crescimento são imprescindíveis, então: (1) do lado fiscal, como alcançar a progressividade da estrutura tributária brasileira? No mesmo tom, como redirecionar os gastos públicos em favor do investimento público, reduzindo o pagamento de juros?; (2) do lado social, como democratizar a sociedade, fortalecendo os trabalhadores, sem que os grupos conservadores desestabilizem mais uma vez a legalidade? Claro é, portanto, que os desafios são imensos, as resistências fortes e inexistem modelos. Mas longe de acomodar-nos em medições, em saber mais do já sabido, é preciso criar o futuro. É preciso saber que cabe a nós plantar as soluções para aquelas maiores chagas: a pobreza e a desigualdade.

Ricardo Luiz Chagas Amorim é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor licenciado da Universidade Mackenzie

Copyright © 2007 - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização.
Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - Brasília - DF - Fone: (61)
2026-5334